

XXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

O neoliberalismo no movimento sindical: uma análise das
bases sociais da Força Sindical

GT: Trabalho e

Sindicalismo

99GT1811

PATRÍCIA VIEIRA TRÓPIA

Doutoranda em Ciências Sociais - Unicamp

31 de agosto de 1999

**O NEOLIBERALISMO NO SINDICALISMO: uma análise das bases sociais
da Força Sindical**

Patrícia Vieira Trópia*

O tema da pesquisa que venho desenvolvendo é o neoliberalismo no movimento sindical, mais precisamente, o impacto e a recepção da ideologia e das práticas políticas neoliberais no interior da base metalúrgica da Força Sindical. Discuto se a orientação dominante na Força Sindical - a defesa e a militância em torno de algumas práticas neoliberais como o privatismo, o anti-estatismo e a flexibilização dos direitos trabalhistas - tem ressonância e apoio em suas bases sociais e porquê. A ideologia neoliberal teria impactado no sindicalismo brasileiro de forma heterogênea (relativamente à CUT e CGT), porém, segundo nossa hipótese, encontraria na Força Sindical, mais do que uma base fértil de suas proposições, uma militante organização. Esta penetração, entretanto, vai além das direções dos principais sindicatos filiados. Nossa pesquisa pretende demonstrar que houve uma penetração do privatismo, ou seja, da ideologia do livre mercado e do anti-estatismo - expresso através da crítica difusa aos "privilégios" do funcionalismo público e às estatais como "cabide de emprego" - entre os trabalhadores daqueles sindicatos.

Com exceção da pesquisa de Rodrigues e Cardoso (1993),¹ outros trabalhos analisaram fundamentalmente as orientações e a prática da Força Sindical, contudo, sem indagar acerca de suas bases sociais (Giannotti, 1994 e Duarte, 1988). A ausência daquela problemática nos estudos sobre sindicalismo de direita

* Doutoranda em Ciências Sociais, IFCH/Unicamp.

¹ Rodrigues, Leôncio M. e Cardoso, Adalberto. Força Sindical - uma análise sócio-política. São Paulo, Paz e Terra, 1993. Nesta pesquisa, entretanto, as bases sociais são as lideranças sindicais presentes no Congresso de fundação da central. Nossa concepção de base social - e nossa investigação - vai além da composição das diretorias e dos delegados sindicais, buscando pesquisar as representações dos próprios trabalhadores.

no Brasil é reflexo, segundo nossa hipótese, de uma interpretação equivocada acerca da ideologia e do próprio peleguismo. Nestes trabalhos, os trabalhadores da base são "manipulados" ou "iludidos" pelas diretorias. Ou afirmam, até, que as lideranças sindicais de direita são arquitetadas pela burguesia (Dreifuss, 1988).

Quanto à bibliografia sobre os metalúrgicos de São Paulo, principal base da Força Sindical, há o trabalho de Nogueira (1997) que explica a mudança na prática e na própria configuração da direção sindical metalúrgica na década de 80 - o que o autor chama de modernização conservadora - em função da mudança na orientação da direção do sindicato. O processo de modernização conservadora teria sido vitorioso em função da estrutura heterogênea do setor metalúrgico de São Paulo, da política divisionista das oposições sindicais, do interesse político das classes dominantes na direção Antônio Medeiros e dos projetos políticos sindicais das novas lideranças. Cabe indagar que se todos estes elementos são fundamentais na análise do sindicalismo metalúrgico de São Paulo, permanece, ainda, sem resposta a relações entre este novo modelo sindical e as demandas e representações das bases sociais metalúrgicas de São Paulo. Há também a pesquisa de Cardoso (1999) que, diferentemente, enfrentará a questão das bases sociais do sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ao analisar a gênese do sindicalismo de resultados. Para este autor, a mudança na estratégia sindical dos metalúrgicos de São Paulo no final da década de 80 - do assistencialismo ao pragmatismo sindical - é explicada pela nova forma de representação implementada por Medeiros. A expansão da representação para além da direção, o aumento dos delegados sindicais, a estratégia das greves por fábrica e a recorrência à justiça do trabalho resultaram na ampliação das negociações e da ação do sindicato respondendo - ainda que de maneira autoritária (Medeiros se apresenta como único interlocutor eficaz) - a algumas demandas sindicais das bases metalúrgicas. Apesar de mostrar qual a relação deste

pragmatismo sindical com as bases de São Paulo, o trabalho de Cardoso não explica porque houve um "novo" consenso entre os trabalhadores.

Toda ideologia tem representatividade política e é esta hipótese que procuramos demonstrar. A proposição de Gramsci acerca da **hegemonia** como dominação ideológica é fundamental nesta pesquisa.²

Há um relativo consenso entre os pesquisadores e militantes de esquerda sobre o caráter hegemônico da ideologia neoliberal, ou seja, sobre o fato de que o discurso e a prática neoliberais é hoje dominante. Mas este relativo consenso cessa aqui, pois já não ocorre o mesmo quando se discute o que é hegemonia. Em vários ensaios e trabalhos publicados, a hegemonia neoliberal teria sido conquistada, também, através da manipulação eleitoral e/ou da manipulação da mídia.

"O conteúdo socialmente retrógrado dos neoliberais exige que os seus defensores e praticantes enganem o público através da manipulação lingüística a fim de garantir seus votos." (Petras, 1997:21)

A hipótese da manipulação popular, de um lado, ou a da ausência de direção operária de outro, são, segundo nosso ponto de vista, equivocadas. O neoliberalismo é hegemônico - precisamente no sentido entendido por Gramsci acerca da hegemonia - na medida em que é uma filosofia que se torna um senso comum, um *cimento* das relações econômicas e políticas dominantes. Vale dizer, a ideologia neoliberal é dominante pois impregna todos os segmentos sociais dando sentido simbólico e prático às classes dominadas, ao conjunto dos trabalhadores - e não somente à classe dominante. Nas palavras de Eagleton, a hegemonia é "como um

² Para tanto, estamos utilizando alguns procedimentos de pesquisa como questionários e entrevistas com trabalhadores metalúrgicos de São Paulo - tanto com delegados sindicais e membros de comissão de fábrica quanto com trabalhadores da base. A pesquisa também parte dos dados sócio-econômicos da Força Sindical, de documentos (publicações, jornais, entrevistas) da central e de alguns sindicatos filiados e de um levantamento de matérias na imprensa nacional (Folha de SP e Gazeta Mercantil).

espectro inteiro de estratégias práticas pelas quais um poder dominante obtém o consentimento ao seu domínio daqueles que subjuga" (Eagleton, 1997:107).

Para Gramsci, o poder na sociedade capitalista se estrutura através da coerção e do consentimento. É deste último, fundamentalmente, que falamos ao analisar o impacto e a receptividade da política neoliberal entre os trabalhadores.

No plano da doutrina neoliberal, as modernas corporações - os sindicatos e centrais sindicais - são inimigos a serem abatidos. Perry Anderson (1995) afirma que um dos objetivos do neoliberalismo é desmantelar o poder dos sindicatos - concebidos como responsáveis diretos pela expansão dos estados parasitários e pelas conquistas sociais. Para o caso inglês, a análise de Anderson é procedente. O governo Thatcher é marcado por uma dura legislação anti-sindical e por uma estratégia anti-grevista. Já no caso brasileiro, tem fugido da observação dos melhores analistas e estudiosos do sindicalismo o fato de que inúmeros sindicatos passaram a expressar as bandeiras neoliberais, constituindo-se em organizações de vulgarização desta ideologia. Segundo nossa hipótese, a Força Sindical é uma destas organizações.

Sindicalismo neoliberal é, no entanto, uma contradição em termos, pois no interior da doutrina neoliberal todo monopólio restringe as liberdades individuais. Porém, no plano das práticas políticas concretas, o sindicalismo pode conciliar ou aderir ao neoliberalismo tanto no plano dos discursos quanto no plano prático. Na análise de Boito (1999) a CUT não teria aderido ao neoliberalismo, mas sim conciliado com a política neoliberal brasileira. Enquanto o comportamento das lideranças cutistas nos governos Collor e Itamar fora de combatividade em relação às privatizações - participando de atos e conclamando os trabalhadores a resistir à quebra dos monopólios - a partir do primeiro governo FHC esta luta torna-se efêmera e, sob a

presidência de Vicente Paulo da Silva, a central assume e aprofunda o sindicalismo propositivo.

Contrasta, todavia, com o posicionamento da CUT, a política da Força Sindical desde a sua origem. A Força defendeu, apoiou e pressionou o governo pela adoção das medidas neoliberais como a privatização, a revisão constitucional,³ a reforma da previdência, a reforma administrativa, o contrato temporário de trabalho e a *Lei-Off*. Mas voltaremos depois a este ponto. Por ora, cabe destacar que as políticas neoliberais, apesar das resistências - particularmente no movimento sem terra e entre os funcionários públicos -, encontrou também apoio crítico ou absoluto entre os trabalhadores.

Quando a Força Sindical surge em 1991, em oposição à CUT, com uma proposta de recrudescimento do sindicalismo de resultados, as suas principais lideranças já vinham assumindo um comportamento que coincidia com os interesses do neoliberalismo. É reveladora a prática da principal liderança da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, durante o processo Constituinte. Já naquela conjuntura, a natureza da prática política do sindicalismo de resultados se expressa: articulados ao bloco parlamentar do Centrão, Medeiros e Magri apoiam "*as medidas mais conservadoras como o não às quarenta horas semanais, o não à estabilidade no emprego e o sim a medidas de flexibilização das relações entre capital e trabalho*" (Giannotti, 1995:55). Capitaneada pelo Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, comerciários e trabalhadores na indústria de alimentos de São Paulo e contando com o apoio de inúmeros sindicatos de carimbo, a nova Central procurará se distinguir no campo sindical das

³ Durante um seminário sobre a Revisão Constitucional um assessor da Força Sindical afirma: "Nós da Força Sindical defendemos que a revisão não pode ser muito ampla, devendo se dar em torno de uma agenda mínima e de alguns pontos emergenciais como a reforma tributária, a privatização, a reforma da previdência."

outras existentes - particularmente da CUT.⁴ Carro chefe, dentro do movimento sindical, da ideologia neoliberal, defende a livre concorrência e a parceria entre trabalhadores e capital e concebe os sindicatos como instrumento de venda da mão-de-obra "pelo preço mais alto possível". O livro **Um Projeto para o Brasil - a proposta da Força Sindical**, coordenado pelo economista Antônio Kandir, e publicado em 1993, expressa o programa político - de orientação liberal - da central.

A Força militou contra a greve geral de 1991, de protesto à política econômica do governo Collor, e contra as greves de oposição à política neoliberal de FHC, que eclodiram em maio de 1995 - entre elas a histórica greve dos petroleiros. Por outro lado, organizou inúmeras manifestações e greves de apoio às privatizações (Mafersa, USIMINAS) bem como pressionou pela aprovação da proposta - por ela apresentada ao governo - de contrato temporário de trabalho. A propósito, a central tinha acabado de conquistar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga quando houve o processo de privatização da USIMINAS em 1991. Medeiros, na época, fez uma intensa campanha na imprensa e entre os próprios funcionários da siderúrgica a favor da privatização, defendendo a participação dos funcionários na compra de lotes de ações (clubes de investimento) - recurso este aceito pela direção da estatal e pelo BNDES. Como de praxe, criticava a linha de resistência adotada pela CUT. No caso da CSN, também houve o recurso de quebrar a experiência participativa e organizativa dos operários no período 1983-1992, bem como propagandear "os benefícios da privatização entre os trabalhadores". Em 1992, a Força Sindical conquistaria a direção

⁴ A Força Sindical surge como uma central de oposição à CUT e aos trabalhadores organizados e reivindicativos. Sua prática "de guerra" contra a CUT não deixou de permitir que em alguns momentos estas centrais negociassem ou fizessem greves conjuntamente. De qualquer modo, a hipótese de Giannotti, para quem a Força Sindical nasceu para combater a CUT, é pertinente, pois é no campo do adversário (da negociação com a burguesia, do neoliberalismo) que ela irá se definir e expandir.

do sindicato e um ano depois ocorreria a privatização. O apoio da Força Sindical às práticas políticas dos governos Collor e FHC não é incondicional nem absoluto, entretanto. Suas lideranças são críticas: não pelo excesso, mas pela basculagem na adoção das práticas privatistas e desregulamentatórias.

A política neoliberal, ou seja, a ação política concreta no caso brasileiro, vem sendo construída desde 1989. É claro que há ações de caráter liberal em toda a história política e econômica brasileira. Mas é no governo Collor que a política neoliberal de privatizações entra na agenda política ganhando tanto argumentos ideológicos (aumento da eficiência, diminuição do Estado) quanto ditos estruturais (saneamento financeiro do Estado, mudança no "modelo de desenvolvimento") (Paulani, 1998). Foi no governo Collor que a crítica ao estado "predatório" se vulgarizou, através da expressão "caça aos marajás", bem como a crítica às carroças - carros brasileiros - para justificar a abertura do setor automobilístico. Mas é o governo FHC quem vai incrementar a política neoliberal. Como?

Através 1) da dinamização das privatizações;⁵ 2) da política de desregulamentação geral (reforma administrativa, reforma tributária) e de desregulamentação do trabalho (reforma previdenciária); 3) e da política de abertura comercial.⁶

A Força Sindical não defende homogeneamente o conjunto das práticas neoliberais empreendidas pelos governos brasileiros. Se este apoio ocorre no caso das privatizações e da desregulamentação, no caso da abertura comercial ele é apoio crítico. As lideranças da Força Sindical defendiam a abertura da economia, a livre concorrência e o fim da discriminação ao capital estrangeiro. Entretanto, tiveram que questionar "a maneira

⁵ O processo de privatização amplia-se para novos setores (energia, transporte e comunicações) e para o plano estadual.

⁶ Em 1994 na véspera do Plano Real, "o governo liberou por decreto a importação de milhares de produtos, levando a abertura gradativa do mercado interno, começada por Collor, a um novo patamar" (Singer, 1998).

arrasadora" em que se deu a política de abertura, em função do fechamento de inúmeras indústrias metalúrgicas na cidade de São Paulo e do desemprego gerado por ela.⁷ Os metalúrgicos paulistanos, que já assistiam desde a década de 80 ao fechamento de inúmeras estabelecimentos - houve um decréscimo de 26% -, serão um dos setores mais atingidos pelo desemprego nos anos 90. Por outro lado, sendo as pequenas e médias empresas as mais afetadas pela concorrência com os produtos importados e onde estão concentrados a maioria dos metalúrgicos de São Paulo, o sindicato sairia em defesa de um modelo de abertura comercial gradual e restritiva.⁸

O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, particularmente afetado pelo índice de desemprego na capital do estado, fez manifestações e greves a favor do emprego. Em 1996, realizou com a CUT uma greve geral contra o desemprego, defendeu e estabeleceu o Palácio do Trabalhador como sede dos cursos de requalificação profissional, financiados pelo FAT, e, no início de 1999, pressionou a câmara Municipal de São Paulo pela aprovação da criação de frentes de trabalho e sua extensão a todo o país. Como se vê, a adesão da Força Sindical ao neoliberalismo não é incondicional. Mas qual a relação entre o neoliberalismo e as bases da Força Sindical?

Martins e Cardoso (1993) assinalavam a homogeneidade no perfil dos delegados da Força relativamente à CUT. Em seu congresso de fundação, a Força estava representada majoritariamente pelos trabalhadores urbanos manuais - predominantemente os metalúrgicos - enquanto somente 1,9% deles eram funcionários públicos e 1,5% trabalhadores rurais. Ao contrário, a CUT é mais heterogênea, pois representa trabalhadores do setor público, privado e trabalhadores rurais.

⁷ Na véspera de lançamento do Plano Real, em 1994, houve um incremento na política de abertura, com a liberação por decreto de milhares de produtos importados.

⁸ Ver a matéria "Importação é assunto sério" publicada pela Folha de São Paulo, em 11/04/94.

Ao longo da década de 90, a Força Sindical irá se delimitar neste terreno a partir de uma dupla estratégia: 1) da luta pela ampliação do mercado de trabalho privado - através da defesa das privatizações e da desregulamentação das relações de trabalho - e 2) da luta pela restrição dos direitos dos funcionários públicos, designados como "sanguessugas" pelas lideranças da Força Sindical.

Em 1995, somente 5,8% das entidades associadas à Força Sindical era de servidores públicos enquanto, em 1998, esta porcentagem cai para 4,2. Há que se notar que a Força cresce 90,1% entre 1995 e 1998. A Força Sindical representa hoje cerca de 6 milhões e 600 mil trabalhadores - segundo dados da própria central publicados em fevereiro de 1999. Seriam 871 sindicatos filiados em todo o Brasil, em fevereiro de 1998 - contra 1900 da CUT.

Em função de sua prática política - defesa das privatizações, da desregulamentação do mercado de trabalho, das reformas da previdência do setor público e da reforma administrativa - a Força Sindical não atrairá os sindicatos de servidores públicos. Ao contrário, passará por um processo de desfiliação de alguns de seus sindicatos.

A polêmica no interior da Força Sindical acerca da quebra dos monopólios estatais ocorre desde 1991. Desde o Congresso de fundação que a discussão sobre o monopólio do petróleo e das telecomunicações vinha causando insatisfação a alguns segmentos de filiados. Inicialmente, parece-nos, a estratégia da direção foi a conciliação em torno da proposta de "flexibilização" dos monopólios. Entretanto, em 1995 a defesa da quebra dos monopólios é explícita por parte de sua direção nacional. É naquela conjuntura que vários sindicatos filiados irão romper com a Força, entre eles os sindicatos dos Telefônicos de São Paulo e dos Servidores Públicos de Osasco - este último se desfilia em 1997 após um período de insatisfação com a orientação e as práticas da central. Segundo entrevista com seus diretores, há

um rompimento com a Força "porque éramos chamados de sanguessugas". É notório o estilo dos discursos das principais lideranças da central durante as campanhas e manifestações nos anos 90: as estatais são cabides de emprego e o funcionário público o bode expiatório da crise brasileira. Luiz Antônio de Medeiros, durante o processo de reforma da previdência afirmaria: "vamos dar uma cacetada sem dó nem piedade no servidor público".

Um dos momentos históricos mais marcantes na luta ideológica neoliberal no Brasil é a greve dos Petroleiros, ocorrida em maio de 1995. Trata-se de um episódio histórico do processo de conquista da hegemonia neoliberal, tal qual definido por Gramsci, que envolve coerção e a formação de um consenso. A greve ocorre logo no início do governo FHC, num momento em que o "senso comum" liberal estava sendo vulgarizado. Alguns segmentos de funcionários públicos organizaram para o mês de maio - mês de suas datas-base - uma greve unificada com o intuito de fazer valer acordos assinados anteriormente. Os Petroleiros, entretanto, mantiveram sua greve e ficaram isolados no movimento. Realizaram uma greve nacional e de oposição à sua política. FHC, como assinalou a revista *Veja*,⁹ utilizou vários recursos para colocar, com o apoio incontestável da imprensa, a "opinião pública" contra a greve e derrotá-la. Contracheques dos petroleiros, famílias sem gás para cozinhar, imensas filas nas distribuidoras de gás, filas em postos de gasolina, foram imagens exploradas e exibidas diariamente com o intuito de desqualificar o movimento grevista dos petroleiros e suas reivindicações. Buscou-se deslegitimar e criminalizar a greve, estigmatizando os petroleiros de corporativistas e inimigos da nação - leia-se inimigos do Plano Real, pois as reivindicações poderiam significar o retorno da inflação. Mas não foi somente através da anti-propaganda que buscou-se enfraquecer a greve. Como a própria matéria destacava:

⁹ Ver *Revista Veja* n.22, 31 de maio de 1995. Na reportagem de capa, FHC peita a CUT, FHC aparece fardado à frente de uma refinaria de petróleo.

o recurso militar - a intervenção do exército em quatro das onze refinarias de petróleo - se explica pelo objetivo político do presidente de vencer, de maneira acachapante, a única oposição organizada ao governo. Para Cibele Rizek o impasse em torno do gás de cozinha - que faltaria logo no terceiro dia de greve - e a manipulação de seus estoques, foram peças chave na constituição de um consenso contra a greve, na montagem e na popularização da sentença que conferia ao movimento dos petroleiros o caráter de uma greve que teria por norte a defesa de seus "privilégios", contra os interesses da maioria da nação.

A CUT, os petroleiros e a esquerda, que já tinham sofrido algumas derrotas históricas (eleição de Collor e do próprio FHC), sofreria mais uma baque. A CUT chegou a organizar no dia 24 de maio, no ABC paulista, uma manifestação de apoio à greve. Mas a luta já era muito desigual. Além da grande imprensa, o exército, o Supremo Tribunal do Trabalho, que julgara a greve ilegal e abusiva, e o próprio governo, o movimento de resistência à política neoliberal confrontou-se também com a resistência popular e a resistência organizada da Força Sindical. A Folha de São Paulo, no mesmo dia 24, divulgava os resultados de uma pesquisa mostrando que 60% dos paulistanos eram contrários à greve. Mais longe ainda foi a Força Sindical. Além dos discursos de oposição à greve e à direção da CUT que defendia "os privilegiados do funcionalismo público" e a manutenção dos monopólios, uma pesquisa feita pela Força anunciava que 77,13% dos metalúrgicos de sua base seriam a favor da volta imediata ao trabalho. A Força Sindical, que vinha desde o início do ano negociando com FHC e organizando passeatas de apoio às reformas, apoiava abertamente a privatização da Petrobrás e das telecomunicações, difundindo assim as máximas da concorrência e do livre mercado: a gasolina e o telefone ficariam mais baratos.

A greve dos petroleiros, segundo minha hipótese, além das várias lições político-policiais, deixaria um enorme eco: a aceitação do discurso contra os "privilégios" do funcionalismo público. Este discurso governista anti-estatista não se origina na greve, já que o então candidato Collor, ficaria conhecido como o caçador de marajás. Mas é naquela conjuntura que ele tem um enorme impacto popular.

Porém este impacto não pode ser resumido à uma simples manipulação popular. É certo que para construir este consenso, os recursos culturais dominantes e os recursos policiais também foram usados, mas o neoliberalismo encontrou representatividade, entre outros, nos trabalhadores da Força Sindical.

Aceitando a tese da manipulação, a ideologia seria uma ilusão, uma mistificação, e os indivíduos seres passivos. Em **O Capital**, Marx afirma que as relações no capitalismo aparecem como o que são, ou seja, relações entre coisas. Para Althusser, a ideologia é uma "representação das relações imaginárias dos indivíduos com as suas condições reais de existência (...) é a maneira como vivem a relação entre eles e suas condições de existência: isso pressupõe uma relação real e uma relação imaginária" (Apud Eagleton, 1997:129).

Entretanto, o neoliberalismo é uma política conservadora, recessiva e que beneficia o grande capital financeiro (Boito, 1999). Quais seriam então os interesses dos trabalhadores da base da Força Sindical em apoiar políticas antipopulares?

A base da Força - como mostrou a pesquisa já citada de Rodrigues e Cardoso (1993) bem como o levantamento que realizamos em 1998 - é fundamentalmente composta por sindicatos de trabalhadores do setor privado, com restrita adesão de sindicatos de servidores públicos municipais e de trabalhadores rurais. Como sugere o interessante estudo de Brunhoff (1991), os efeitos político-ideológicos da concorrência entre os trabalhadores na conjuntura de desemprego é o aumento do corporativismo e das divisões intra classe operária. Esta "concorrência de crise" se

expressa no latente conflito entre público X privado, tanto no discurso das lideranças sindicais da Força Sindical, quanto no dos trabalhadores. Os metalúrgicos de São Paulo ("trabalhadores do setor privado que trabalham e pagam impostos") expressam nas entrevistas e questionários uma visão da conjuntura econômica e do desemprego que responsabiliza também o trabalhador público (o "privilegiado" que "não trabalha" e vive dos impostos) pela "crise". Há uma revolta latente contra o servidor público.

Os dados dos questionários que aplicamos, em outubro de 1998, mostram que 60% dos metalúrgicos eram favoráveis às privatizações. Este dado coincide com uma pesquisa feita pelo próprio sindicato de São Paulo em março de 1995, justamente no momento em que o governo FHC avançava nas propostas de quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações. Do total de entrevistados, 62,5% defendiam a privatização da Petrobrás, 68,2% do BANESPA e 63,8% da TELESP. Nas entrevistas que realizamos também domina a visão pró-privatização. Além da expectativa de geração de mais empregos com o processo de privatização e por conceberem a empresa pública como fonte de privilégios, de corrupção e improdutividade, os metalúrgicos apoiam a política de privatização. Quanto às reformas na previdência e administrativa, defendem a manutenção de seus direitos como trabalhadores privados, mas contestam os direitos dos trabalhadores públicos. Um dos entrevistados, quando perguntado sobre o que ganharia com a reforma da previdência, respondeu: "*pelo menos para o pessoal* (referindo-se aos servidores públicos) *não vai ter privilégio algum*". Quando indagados acerca da estabilidade do funcionário público, muitos vinculam esta condição ao parasitismo e à "mordomia" e à autonomia, revoltando-se contra a sua situação de trabalhador manual que bate ponto, é vigiado e pode ser demitido.

Esta revolta popular contra os direitos do servidor público e contra o estado (defesa das privatizações) não é uma mera mistificação, um revanchismo criado pela mídia e pelo governo,

que hipnotiza a todos. É certo que ambos vem fazendo do servidor público o bode expiatório da crise. Entretanto, se voltarmos à história das políticas sociais no Brasil veremos como os direitos trabalhistas e sociais são hierarquizados e estratificados. Tomemos como exemplo a previdência social no Brasil. Até a década de 30, o direito dos trabalhadores urbanos à aposentadoria dependia diretamente da capacidade de organização e pressão nas negociações diretas com a burguesia.¹⁰ A partir de 30, a política populista de Getúlio Vargas, ao criar os IAPs cobriu compulsoriamente alguns segmentos de trabalhadores urbanos e formais com a previdência. Entretanto, o acesso tanto ao sindicalismo oficial quanto aos direitos sociais dependia da regulamentação profissional. Foi somente na ditadura militar, também como estratégia política, que os trabalhadores urbanos e rurais e "registrados" passaram a ter direito à previdência, através do INPS. Houve não só uma ampliação da clientela como dos próprios direitos (salário maternidade, acidente de trabalho etc). Mesmo assim, somente em 1971 os trabalhadores rurais foram integrados à previdência social e os trabalhadores domésticos em 1972. Há que se considerar que até a década de 50, a maioria da população brasileira se encontrava no campo. Este breve quadro demonstra aquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de cidadania regulada.

Se entretanto foi assegurando o acesso à aposentadoria a um conjunto maior de trabalhadores, a desigualdade permanece tanto entre os trabalhadores privados (CLT) quanto entre estes e os trabalhadores públicos.

Hoje, o valor médio pago pelo INSS é de 1,77 Salários Mínimos. Dezoito milhões de pessoas recebem seu sustento sob a forma de aposentadorias e pensões do INSS. Já no setor público há aproximadamente 3 milhões de aposentados e pensionistas - contando os 3 poderes que recebem em média 14 SM. Os números do

¹⁰ A chamada Lei Eloy Chaves, de 1923, possibilitou a criação das Caixas

setor público devem ser qualificados: no executivo federal há cerca de 900.000 inativos com benefícios médios em torno de 4,5 SM; esta média sobe para 34,7 no judiciário e para 36,8 no legislativo. Outro exemplo, é o serviço público de saúde oferecido pelo SUS. Com atendimento precário, filas enormes, dificuldades de consultas e cirurgias os usuários dos hospitais públicos enfrentam no Brasil, além da retórica dos diferentes governos acerca da saúde, a carência de canais de expressão e reclamação.

Este quadro de desigualdade de condições vem sendo explorado pelos governos neoliberais. Entretanto ele é real e cria uma base objetiva para a revolta popular, de natureza conservadora, contra os "privilegiados".

Daniel Guerin (1973) analisa as razões da vitória fascista e nazista mostrando a sua relação com as classes sociais. Os trabalhadores teriam aderido ao fascismo, graças à apropriação pelo fascismo da revolta anti-capitalista dos operários, camponeses, da pequena burguesia e da classe média que, distintamente, viam no imperialismo, no grande capital financeiro, um entrave às seus interesses imediatos. Como bem mostra em seu trabalho, o fascismo soube explorar esta revolta, transformando-a em uma mística anticapitalista.

Os trabalhadores da base da Força Sindical teriam, segundo nossa hipótese, interesse nas políticas neoliberais pois, para eles, tais políticas combateriam adversários dos trabalhadores (marajás, servidores públicos), bem como propiciariam algumas melhorias no padrão de consumo (comprar telefone, por exemplo).

Por outro lado, a ideologia neoliberal, na conjuntura dos anos 90, encontraria em alguns segmentos das bases da Força Sindical - comerciários por exemplo - um terreno propício para a emergência da ideologia do 'self made man'; ou seja da crença segundo a qual é o próprio trabalhador quem faz seu emprego, faz

de Aposentadorias e Pensões de algumas categorias de trabalhadores.

seu salário, faz sua qualificação profissional e sua ascensão social.

A própria prática da Força Sindical estaria se transformando ao longo da década de 90: da luta por melhores resultados nas condições salariais passaria às manifestações contra o desemprego, restringindo-se à prática assistencial de oferta de cursos profissionalizantes e de agência de empregos.

Bibliografia citada

Anderson, Perry "Além do Neoliberalismo" in Emir Sader e Pablo Gentilli (Orgs.): Pós-Neoliberalismo, As Políticas Sociais e o Estado Democrático, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.

Boito Jr., Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã editora, 1999.

Brunhoff, Suzanne de. A Hora do Mercado: crítica do liberalismo. São Paulo, Editora da Unesp, 1991.

Cardoso, Adalberto. A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil, Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ-UCAM, 1999.

Daniel Guerin, Fascismo y gran capital, Madrid, Editorial Fundamentos, 1973.

Dreifuss, René. O jogo da direita. Petrópolis, Editora Vozes, 1988.

Duarte, Ozéas. Os Mercadores de Ilusões: uma análise crítica do sindicalismo de resultados, São Paulo, Editora Brasil Debates, 1988.

Eagleton, Terry. Ideologia - uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, Editora Unesp, 1997.

Giannotti, Vito. Medeiros visto de perto. São Paulo, Editora Brasil Urgente, 1994.

Nogueira, Arnaldo José França Mazzei. A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. São Paulo, EDUC, 1997.

Paulani, Leda. "A dança dos capitais", In: revista Praga - estudos marxistas, São Paulo, editora Hucitec, n.6, 1998, p.45-56.

Petras, James. "Os fundamentos do neoliberalismo" in: Nildo Ouriques e Waldir Rampelli (orgs.) No fio da Navalha - críticas das reformas neoliberais de FHC, São Paulo, Editora Xamã, 1997.

Rizek, Cibele Saliba. "A greve dos Petroleiros" In: revista Praga - estudos marxistas, São Paulo, editora Hucitec, n.6, 1998, p.97-106.

Singer, Paul. "A raiz do desastre social: a política econômica de FHC", In: Ivo Lesbaupin (org.) O Desmonte da Nação: Balanço do governo FHC, Petrópolis, editora Vozes, 1999, p.25-44.

Vianna, Maria Lúcia Werneck. "As armas secretas que abateram a seguridade social", In: Ivo Lesbaupin (org.) O Desmonte da Nação: Balanço do governo FHC, Petrópolis, editora Vozes, 1999, p.91-114.